

DESAFIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA AMAZÔNIA PARAENSE: Um estudo em comunidades ribeirinhas do município de Abaetetuba/Pa.

Pamela Zatreparek de Almeida¹

Adrea Simone Canto Lopes²

Elizana de Moura Sousa³

RESUMO

Este artigo trata das comunidades ribeirinhas da Amazônia paraense e a Política de Assistência Social. Cujo objetivo é apresentar os desafios da política de Assistência Social junto as comunidades ribeirinhas da Amazônia, mais precisamente as do município de Abaetetuba/PA. Nesse estudo utilizamos entrevistas semi-estruturada, análise documental dos registros de atendimentos às famílias e relatório anual a proteção social básica (PSB) dessa política. Destacamos às condições naturais da Amazônia que é um dos desafios para o acesso aos serviços, programas, benefícios e projetos da Proteção Social Básica; bem como a dificuldade dos operadores do SUAS em compreender o que é ser ribeirinho nas Amazônias, o que tem dificultado o reconhecimento das demandas desses sujeitos.

Palavras-chave: Amazônia. Ribeirinhos. Proteção Social Básica.

ABSTRACT

This article deals with the riverside communities of the Pará Amazon and the Social Assistance Policy. Whose objective is to present the challenges of the Social Assistance policy with the riverside communities of the Amazon, more precisely those of the municipality of Abaetetuba/PA. In this study we used semi-structured interviews, documentary analysis of the records of care to families and annual report on the basic social protection (PSB) of this policy. We highlight the natural conditions of the Amazon which is one of the challenges for access to services, programs, benefits and projects of Basic Social Protection; as well as the difficulty of the SUAS operators in understanding what it is to be riverside in the Amazons, which has hindered the recognition of the demands of these subjects.

Keywords: Amazon. Bordering. Basic Social Protection.

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo é parte da pesquisa desenvolvida junto aos/as ribeirinhos/as que habitam no território insular da cidade de Abaetetuba/ Pará, na Amazônia paraense

¹ Universidade da Amazônia; Mestra; pamelazatreparek@yahoo.com.br

² Universidade Federal do Pará; Doutora; adreacanto@yahoo.com.br

³ Prefeitura de Abaetetuba/Pa; Especialista; elizana.moura@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



visibilizando as dificuldades enfrentadas por eles/as para acessar os serviços, programas, benefícios e projetos da Proteção Social Básicas (PSB) da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), pois embora exista o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Ribeirinho, ainda assim, existe um distanciamento entre o/a usuário/a e os/as operadores/as da política. Nesse contexto, discutir os desafios da política de Assistência Social no contexto da Amazônia paraense, é o objetivo desse trabalho, pois entendemos que as peculiaridades das comunidades amazônicas precisam ser percebidas pela política de Assistência Social, a fim de garantir os direitos aos povos da floresta, entre eles os ribeirinhos.

Em Abaetetuba, existem apresenta 02 (dois) CRAS's específicos para atender as demandas das comunidades ribeirinhas e as únicas unidades localizadas na região insular do município são: o CRAS Ribeirinho Polo 4 no rio Urubuêua-Cabeceira e o CRAS Ribeirinho Polo 7 localizado no Rio Quianduba. A escolha do Polo 4, para realizar a pesquisa, se deu em virtude deste ter a maior área de abrangência 24 comunidades. Outro aspecto levado em consideração para a delimitação do *lôcus* da pesquisa foi a dinâmica da unidade, neste caso o CRAS Ribeirinho Polo 4, sofre de forma mais incisiva a influência da baía do Capim, o que torna a travessia do rio Maratauíra agitada e perigosa. Aspecto esse, mobiliza mais esforços e compreensão deste território.

Os instrumentos utilizados foram a entrevista semi-estruturada, análise documental dos registros de atendimentos às famílias e relatório anual a proteção social básica (PSB) dessa política. Mesmo diante dos desafios de realizar a pesquisa com os/as ribeirinhos/as, fizemos esforços de ouvi-los para entender as dificuldades por eles/as enfrentadas para acessar a Política de Assistência Social as quais eles/as têm direito.

A Amazônia possui uma diversidade de aspectos, naturais, sociais, culturais, político etc. que precisam ser considerados ao pensar e executar a política pública, nas comunidades tradicionais desse território tão diversificado (ALMEIDA; LOPES, 2021). Isso, requer um olhar diferenciado dos/as profissionais sobre os processos históricos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



que conformam a região, uma vez que a vida das comunidades amazônidas, sempre foram desconsideradas e invisíveis.

A biodiversidade, maior riqueza da Amazônia – sobretudo para (re)produção da vida social dos sujeitos que nela habitam - não é levada em consideração nos planos governamentais e nas políticas públicas, as quais são implantadas a partir de uma concepção unilateral que coloca em oposição desenvolvimento local e conservação ambiental. É preciso pensar a Amazônia usando novas lentes. Observá-la por meio das experiências dos povos tradicionais: indígenas, ribeirinhos, caboclo, quilombolas etc., valorizando seus saberes, seu modo de vida e sua relação com a natureza (LOPES, 2013).

Na Amazônia a relação dos povos tradicionais, entre eles os ribeirinhos, com a natureza os rios, florestas, várzeas, igarapés estão imbricados de sentidos, tudo isso gera uma simbiose deles com o meio em que vivem. No mundo ribeirinho amazônico a qualidade do sujeito é intrínseca aos que os rodeiam e o conhecem de perto. Não é o poder econômico que dita às regras, mas as relações de vizinhança, de compadrio, de solidariedade estabelecida em espaços isolados onde a economia extrativista persiste aos impactos das infiltrações do grande capital.

A relação orgânica que os/as ribeirinhos/as possuem com a terra e com o rio de onde tiram sua subsistência, por meio da agricultura e do extrativismo (vegetal e animal), cujo excedente pode ser introduzido no mercado, normalmente quando há uma oferta maior dos produtos. Esse contexto é importante para se pensar e executar políticas públicas que venham realmente atender as necessidades dos povos que habitam esse território, aqui em especial os ribeirinhos.

A região insular do município de Abaetetuba possui peculiaridades que difere das regiões da planície amazônica pelo fato desta ter na maré oceânica fator determinante da vazão das águas na região de estuário, onde nas várzeas ocorrem movimentos de enchente e vazante diariamente, também existe a dinâmica da maré durante o ano que varia conforme o verão e inverno amazônico, Além das enchentes e vazantes que ocorrem de seis em seis meses ou seja, seis meses enche e seis

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



meses vaza, isso tudo expressa uma das singularidades da Amazônia paraense. Portanto, a natureza não somente conduz à execução dos serviços e do trabalho social na unidade como horário e dia de funcionamento do CRAS, bem como das ações que são desenvolvidas nas comunidades, como também conduziu a pesquisa de campo deste estudo.

Os resultados apresentados nesse artigo estão na relação: condições naturais do território amazônico associado ao não diálogo com os/as ribeirinhos/as, com isso, restringindo e excluindo o acesso aos serviços, programas e benefícios da PSB, agravando os desafios da assistência social na garantia de direitos nesse território.

Este trabalho está organizado em dois momentos, além da Introdução e das Considerações finais. No primeiro será apresentado o município de Abaetetuba no contexto da Amazônia ocidental, destacando sua formação histórica, as intervenções do grande capital na região, e os impactos no território. O segundo trata das comunidades ribeirinhas e os desafios da Política de Assistência Social na Amazônia.

2. O MUNICÍPIO DE ABAETETUBA NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA

A Amazônia viveu um período de ocupação anterior, mas é a partir de 1964 que se tornou prioridade para o governo brasileiro, sob a doutrina da segurança nacional, cujo objetivo era a “implantação de projeto de modernização nacional, acelerando uma radical reestruturação do país, incluindo a redistribuição territorial de investimento de mão de obra sob forte controle social” (BECKER, 1997, p. 12). Tratando especificamente da Amazônia legal, sobre o tema integração à divisão sociotécnica nacional e internacional era preciso oferecer vantagens fiscais a empresas que tivessem interesse de fazer investimentos, em áreas como: extração de madeira, criação de gado, pesca industrial, e mineração. Os incentivos fiscais do governo brasileiro eram destinados aos grandes empresários (LOPES, 2013). Essa

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



decisão levou ao longo das últimas décadas os processos de desmatamento, crimes ecológicos, que, além de não propagarem o desenvolvimento da região criaram danos sociais e ambientais irreversíveis.

No contexto da esteira do desenvolvimento econômico pensado para a Amazônia, a cidade de Abaetetuba começa sofrer interferências significativas no seu contexto social, econômico e cultural, sobretudo a partir da década de 1980, com a implantação do Projeto Albrás/Alunorte, na cidade vizinha, Barcarena. Com o deslocamento constante de trabalhadores/as de várias regiões do país, cujo maioria vinham do Nordeste brasileiro, para o Complexo de Vila do Conde, em busca de trabalho nas empreiteiras e empresas que ali se instalaram Hazeu (2015). Esse deslocamento desordenado, acelerado de trabalhadores/as contribuiu para o crescimento populacional do município de Abaetetuba, proporcionando a formação de mais de 05 (cinco) bairros sem infraestrutura básica Plano Municipal de Saneamento (2019).

Além desses problemas gerados pelo beneficiamento da cadeia produtiva do alumínio no município vizinho Barcarena, a cidade hoje vive sobre o efeito da expansão do agronegócio, que vem destruindo o ambiente natural, rio, matas, impactando a vida dos/as ribeirinhos/as locais. Sem falar das condições degradantes de trabalho vividas pela população local.

O agronegócio tem também contribuído para modificar as relações sociais e econômicas das famílias, que vivem da agricultura familiar e extrativismo na região, como as comunidades ribeirinhas e quilombolas. De acordo com Silva (2018), a partir do estudo realizado em uma das comunidades atingidas pelo agronegócio, em especial a dendeicultura, as modificações ambientais e sociais tem contribuído no agravamento de doenças dos/as moradores/as pelo uso excessivo de agrotóxicos que contaminam a água, o solo e o ar, a expropriação dos meios de sobrevivência, transformação do espaço natural, a diminuição do nível de água dos igarapés, a diminuição da produção agrícola, o enfraquecimento

PROMOÇÃO



APOIO





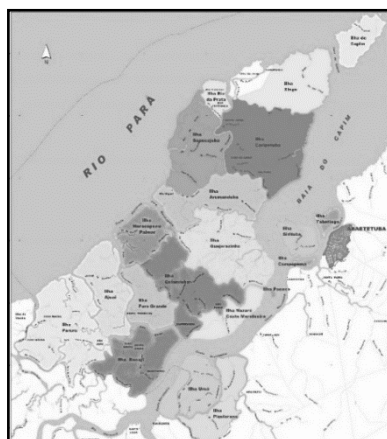
da agricultura familiar, o desaparecimento de animais comuns à região e a pouca oportunidade de emprego.

Em síntese, há um paradoxo imanente à encruzilhada do Estado com a Sociedade Civil. Este paradoxo, de um lado, é impulsionado pelas lutas sociais e procura “pôr em prática” um modelo de desenvolvimento sob as reivindicações dos agricultores familiares, promovido por meio de políticas públicas, com ênfase no desenvolvimento local e sustentável, em alguns casos, por meio de intercooperação com organismos civis dos/as trabalhadores/as; por outro lado, este mesmo Estado promove ações de incentivo ao capital que têm intensificado os processos de exploração da cadeia mineral, adotando inclusive práticas de “trabalho análogo a escravidão” em sua cadeia produtiva, exigindo ainda a implantação de hidroelétricas para suprir a demanda energética.

A penetração do capital na Amazônia gerou impactos econômicos, sociais e ambientais decorrentes do desmonte dessas formas de vida, mas aonde essas políticas desenvolvimentistas não chegaram, é possível observar outra paisagem diferente, como as evidenciadas no município de Abaetetuba o qual apresenta zona rural territorialmente maior que a zona urbana e é dividida entre comunidades das estradas, com 42 localidades e as ilhas com um total de 72, localidades e territorialidades, distribuídas em 20 ilhas (ver a seguir na Ilustração 1).

Ilustração 1 - Mapa do município de Abaetetuba, com destaque para a Região Insular e Zona Urbana

Fonte: Associação dos Moradores das ilhas de Abaetetuba, ARQUIA, STRA(2004).



PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O mapa acima demonstra, a dimensão do território, e evidencia, ainda, a dinâmica social, economia e cultural que se dá em função dos rios, revelando a singularidade da região, caracterizada pela relação de dependência mútua entre o homem e a natureza. Existem assim, nesse território, múltiplas territorialidades, como parte constitutiva do território nas suas dimensões geográficas e de pertencimento.

3. COMUNIDADES RIBEIRINHAS E OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Realizar pesquisa na Amazônia é tarefa complexa, dada sua diversidade, natural, social, cultural etc., que precisam ser consideradas na atividade de investigação, bem como na efetivação de políticas sociais, principalmente, devido aos aspectos naturais que interferem diretamente no deslocamento, há um conjunto de situações desafiantes que fazem parte desse cenário. O tempo também é “diferente” e tem uma dinâmica, às vezes, difícil de explicar. Segundo Fraxe (2004), o tempo na Amazônia, é determinado pelo ambiente físico e depende de princípios estruturais. Assim, o tempo nesse lugar não pode ser percebido exclusivamente pela cronologia capitalista de um ambiente urbano. Porém, não quer dizer que os povos da Amazônia estão isolados do processo de modernização, pelo contrário, eles constroem suas redes de articulação e interesses.

As pessoas que aqui habitam possuem formas de vida que nem sempre são levadas em consideração nem pelas pesquisas, nem pelas políticas. Infelizmente o olhar que se tem sobre a Amazônia ou é romântico ou é selvagem, para entender esse lugar e as pessoas que nele habitam é preciso se despir da ideia do colonizador.

No ambiente ribeirinho, por exemplo a “identidade” está predominantemente ligada à água que atravessa seu cotidiano, às subidas e decidas do rio; no caso específico de Abaetetuba, o fluxo das marés define a melhor hora do banho no rio, da pescaria, da retirada do matapi, de ir até a cidade, enfim, atividades relacionadas ao subir e descer das águas. Como diz Bachelard (1997, p.97), a água é o “*elemento mais favorável para ilustrar os temas da combinação dos poderes. Ela assimila tantas substâncias! Traz para si tantas essências! Recebe com igual facilidade as matérias*

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



contrárias [...]”. Os ribeirinhos coabitam com a água, presente diariamente em seu cotidiano e é nesta relação material e imaterial que vão definindo sua identidade.

Desse modo à medida que nos debruçamos na realidade dos/as ribeirinhos/as das comunidades Arumanduba e Urubuéua-Cabeceira, observamos que a PSB possui grandes desafios para a condução e desenvolvimento dos serviços socioassistenciais dentro desse território. Um desses desafios é a compreensão dos/as próprios/as trabalhadores/as em entender a relação do ribeirinho com o território e as especificidades da territorialidade nessas comunidades.

De acordo com Scherer (2006), as políticas públicas voltadas para as populações que habitam e trabalham no ecossistema de várzea amazônica, necessitam entender as relações socioespaciais que são desenvolvidas e não devem ser desconsideradas é preciso compreender as formas de vida da população entender como eles se identificam. Ao perguntarmos aos ribeirinhos/as sobre o que é ser ribeirinho nesse lugar eles nos dizem:

O motivo que tem já vem de família, né?! Minha família graças a Deus sempre foi ribeirinha. Assim, por exemplo, o costume que tem de sair no barco [...]. Quando fala de ribeirinho é mais por causa disso, da vida no casco, na rabeta, né?! As viradas pelo mato. Aí é mais considerado ribeirinho por causa disso. (Ribeirinho/a 4, 2019, Informação Verbal).

Por essa fala é possível identificar a relação dos/as ribeirinhos/as com o rio uma relação histórica com o lugar onde a família se estabeleceu, a partir da organização dos grupos familiares ao longo dos braços dos rios ou igarapés. O costume a que o/a ribeirinho/a se refere são as idas e vindas pelos rios, uma vez que a maior parte do território é acessado por meio de embarcações, conforme dissemos anteriormente.

Os/as ribeirinhos/as também evidenciam o tempo, “Não tem pressa, né?! É bom, é tranquilo. Morar aqui no sítio é tranquilo. Eu nasci e fui criado aqui. Fui dá uma volta na cidade, mas voltei, não gostei. [...] bota uma rede, a diferença daqui do sítio a gente vai vivendo, botando umas rede, banhando no igarapé” (Ribeirinho/a 4, 2019, Informação Verbal).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A vida do/a ribeirinho/a acompanha um calendário específico, que se relaciona com o tempo ecológico, como, por exemplo, a safra do açaí no verão amazônico ou a produção da mandioca com o ciclo de plantar, cuidar e colher. Segundo Scherer e Oliveira (2006), o tempo ecológico é o tempo essencialmente cíclico, o que é diferente do tempo urbano que é acíclico.

Os/as ribeirinhos/as não se reconhecem fora da dinâmica estabelecida pelo lugar, sobretudo como forma de sobrevivência, sua e de sua família. Morar nas ilhas de Abaetetuba para eles/as não é apenas uma opção à dinâmica da cidade; é também uma forma de reprodução social e resistência, quando o/a ribeirinho/a retira da natureza os meios de vida, necessidade vital do ser social para sua reprodução por meio da transformação da natureza, neste caso, o uso da terra e/ou extrativismo. Segundo os/as ribeirinhos/as das comunidades Arumanduba e Urubuêua-Cabeceira:

Pra mim a diferença, é que em Abaeté a gente não tem casa própria, aliás, as dificuldades são grande em Abaeté, né?! Muita proposta ruim, as amizades são ruim lá na cidade. E o cara também num arruma trabalho e tá difícil hoje em dia, né?! (Ribeirinho/a 4, 2019, Informação Verbal)

Para os/as entrevistados/as nas comunidades Urubuêua-Cabeceira e Arumanduba, ser ribeirinhos/as significa sobreviver da pesca, extrativismo, a roça, criação de animais, “[...] pessoas que sobrevivem da pesca, do açaí, a gente vive do que a natureza tem pra nos oferecer, né?!” (Ribeirinho/a, 2019). “Quem mora nas ilhas do lado daqui é ribeirinho, né?! Porque a gente consome tudo o que... De que o ribeirinho precisa, né?! A floresta, o rio. A gente vive a natureza, né?” (Ribeirinho/a, 2019, Informação Verbal). Essa relação expressa o que foi apontado por Marx (2017):

A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é o corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (MARX, 2017, p. 84).

As comunidades ribeirinhas possuem formas de sobrevivência que estão de acordo com a disponibilidade dos recursos naturais encontrados na região, que variam conforme o território no qual se encontram. As mudanças do meio ambiente, para essas

PROMOÇÃO



APOIO





comunidades, interferem diretamente na estrutura econômica, social e cultural dos sujeitos e, por esse motivo, é tão importante refletir sobre os impactos dos investimentos de infraestrutura preconizados no Plano de Desenvolvimento do Estado do Pará (PARÁ, 2030) para expansão do fluxo de *commodities* da Amazônia, esses processos contribuem para um aprofundamento das desigualdades sociais e empobrecimento da população.

Entre os/as trabalhadores/as, a compreensão de ser ribeirinho não foi homogênea apresentando-se, dentre elas, uma certa naturalização relacionada ao local de moradia, daquele/a que vive nas ilhas do município de Abaetetuba, o que pode ser identificado na fala de um/a trabalhador/a:

É tão simples essa pergunta de uma certa forma, né?! [...] comunidades que estão à beira, né?! do rio, à beira das ilhas, enfim, que atuam na área rural só que na área ribeirinha e, em Abaetetuba a gente tem uma especificidade que além de ser ribeirinha nós temos o território é comunidades quilombola. (Trabalhador/a F, 2019, Informação Verbal).

Observa-se aqui um entendimento de ribeirinhos/as de forma simplória, sem conhecimento mais aprofundado, o que contribui para o não entendimento do modo de vida das comunidades ribeirinhas, indivíduos ou grupos de indivíduos. Por outro lado, alguns trabalhadores/as compreendem a importância do rio na vida desses sujeitos, como podemos observar na fala a seguir.

Comunidades ribeirinhas pra mim são, [...] locais onde residem pessoas com, é [...] costumes, culturas é[...] específicas, né?! que a gente leva em consideração por exemplo, o povo ribeirinho eles têm o seu modo de viver, né?! de organização, né?! bem específicos de comunidades, por exemplo, que vivem na zona rural, é[...] estrada, porque eles dependem do fluxo de marés pra tá se locomovendo, de transportes específicos, então a gente entende que eles têm um modo de vida bem específico mesmo, eles não têm acesso a todas as políticas públicas que a população que vivi na zona urbana tem acesso, então a população ribeirinha ela se dá dessa forma. (Trabalhador/a E, 2019, Informação Verbal).

Para nós que compactuamos do conceito de ribeirinho, baseado em Canto, 2011, ser ribeirinho é cultivar a terra, e extrair o que existe na natureza para alimentar, também criar pequenos animais para o sustento, ter um modo de vida próprio e não é apenas morar nas margens dos rios, pois se pensarmos, a cidade de Abaetetuba

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

está à margem do Rio Maratauíra e aqueles/as que possuem suas casas próximo a esse rio não são ribeirinhos/as. Portanto, ribeirinho/a não é um conceito tão simples.

É como uma comunidade normal pra mim é a mesma coisa, só muda a dificuldade do acesso, né?! [...] no caso como numa comunidade na cidade, vamos supor, seja mais fácil o acesso aos serviços, vamos dizer assim, mais fácil o acesso também a supermercado. [...] como se fosse uma comunidade que tem suas limitações, tanto na parte da alimentação como na parte dos próprios serviços né?! que aqui a gente vê, como tu tá acompanhando agora, né?! [...] a gente não tem acesso a muitas [...] (Trabalhador/a, 2019, Informação Verbal).

Nesta fala, as dificuldades definem o ser e/ou fazer parte das comunidades, sendo desconsiderada a relação dos sujeitos com o lugar, como se fosse natural para as comunidades ribeirinhas as suas dificuldades, a falta de acesso aos serviços e a não concretização de direitos.

Outra definição apresentada pelos/as trabalhadores/as do CRAS é a de que as comunidades ribeirinhas, são aquelas que necessitam do atendimento e acompanhamento do CRAS. Então, ser ribeirinho/a é um requisito para necessitar da PSB:

São as comunidades que nós atendemos, né?! fora assim, da cidade que fica na localidade ribeirinha, né?! É as famílias que mais necessitam, do atendimento, né?!, do serviço, e as famílias que nós acompanhamos também, né? (Trabalhador(a) C, 2019, Informação verbal).

A definição acima relaciona ribeirinho/a ao fato de residir na região insular e também aquele que necessita de atenção do CRAS, sem a menção do porquê necessita do CRAS dentro da região das ilhas do município. De acordo com Teixeira (2013), ser indígena, quilombola, e acrescentamos ser ribeirinho/a não é atributo que funciona como inserção nos serviços socioassistenciais. Segundo Koga (2006), isso tende a uma homogeneização a partir de critérios socioeconômicos e culturais, com risco de discriminação ou estigmatização de determinados grupos populacionais, como também desconsidera a análise da desigualdade socioterritorial.

Podemos identificar pelas falas dos/as trabalhadores/as entrevistados/as a ausência de formação, bem como a carência de entendimento do público com o qual eles/as trabalham e não há preocupação em compreender ser ribeirinho/a, é apenas

PROMOÇÃO



APOIO





uma palavra para diferenciar sujeitos que habitam as margens dos rios, como se todos/as fossem iguais e tivessem as mesmas necessidades.

Somado a isso, observamos a fragilidade da gestão do trabalho no município de Abaetetuba, a partir da constatação de ausência de um Plano de Educação Permanente, pois, como indicado pela NOB RH SUAS (2011), este é o atendimento às necessidades de formação e qualificação sistemática e continuada dos/as trabalhadores/s do SUAS.

A qualificação permanente é imprescindível para o aprimoramento e construção do trabalho social, a partir das necessidades das comunidades atendidas pela PSB, associado à utilização da vigilância socioassistencial como instrumento para estudo e avaliação do trabalho desenvolvido pelos serviços socioassistenciais.

Entre os desafios do CRAS Ribeirinho Polo 4 em relação às duas comunidades em estudo, a infraestrutura é um grande entrave para o trabalho social na região insular, o que pode ser observado nas falas a seguir:

*[...] Dificuldade de acesso aos locais, né?! **Dificuldade nessa questão financeira, porque a gente precisa 'pra' fazer visita, precisa do combustível, né?! Então nem sempre tem 'pra' fazer a visita. [...] Vamos supor que a [outra assistente social] tenha que ir 'pro' Arumanduba e eu tenha que ir 'pra' outro lugar, então a gente vai ter que escolher, uma vai ficar, né?! E a outra vai, aí marca 'pra' outra semana a outra fazer a visita. [...] É muito difícil nós duas conseguirmos fazer visita no mesmo dia ou por conta do combustível. [...] É aquela questão, não tem computador, a gente não tem acesso à rede, não tem acesso ao sistema [...]** (Trabalhador/a A, 2019, Informação Verbal).*

As limitações provocadas pela precária infraestrutura – falta de recursos para o deslocamento da equipe, de computadores, de rede de internet e telefonia – interferem substancialmente no trabalho social com as famílias atendidas pelos serviços socioassistenciais da PSB. A falta de combustível interfere no atendimento particularizado das famílias no domicílio e contribui para a diminuição dos dias de funcionamento da unidade, enquanto a ausência de computadores, internet e aparelho telefônico interfere no processo de organização e metodologia do trabalho junto às famílias.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A infraestrutura é um desafio no âmbito da garantia dos direitos sociais na política de assistência social mesmo em âmbito nacional, onde 90% do repasse do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) é destinado aos benefícios, restando ao ente municipal arcar com a operacionalização dos serviços socioassistenciais dentro do seu território (SILVA, 2019).

Dessa forma, a gestão da PSB na Amazônia é desafiadora, pois implica executá-la em meio às singularidades e tempos determinados pelo próprio território, o que se diferencia do restante do contexto nacional e com poucos recursos. Por causa disso é necessária a construção de estratégias de execução dos serviços, em meio ao tempo e os ditames da natureza, que por vezes se tornam insuficientes para garantir os direitos afiançados pela LOAS. Somam-se a isso os cortes de recursos na seguridade social e, sobretudo, na Política de Assistência Social, o que provoca rebatimentos importantes no atendimento às necessidades dos/as ribeirinhos/as.

4. CONCLUSÃO

Sabe-se que a assistência social teve avanços importantes, como a própria absorção do conceito território como estratégico para organização da Política de Assistência Social, o que exige o reconhecimento dos diferentes grupos sociais e das desigualdades socioterritoriais presentes. Entretanto, mesmo buscando aumentar a capilaridade do atendimento por meio da PSB, a instituição do SUAS, em meio à política neoliberal, provocou uma redução orçamentária no âmbito das políticas sociais, ampliando, por outro lado, o mercado no setor de serviços, como educação, saúde e previdência. Os cortes afetaram diretamente os valores repassados para o aprimoramento da gestão e execução dos serviços, programas e projetos cofinanciados pela União e transferidos aos estados e municípios, produzindo, aquilo que o conjunto CFESS/CRESS, denominou de refilantropização da assistência social, elevada ao máximo no governo do presidente Jair Bolsonaro e tenta após eleição de Inácio Lula a capitalização desta política, sobretudo para execução dos serviços socioassistenciais.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A ausência de recursos é um dos fatores que dificulta a efetivação da Política de Assistência Social e um dos desafios que precisam ser superados. Além disso o desconhecimento do território, pois a Amazônia é composta de diversidades que precisam ser observadas pelos/as protagonistas das políticas públicas, também observamos a ausência de conhecimento do território, pois notamos um desconhecimento dos/as operadores/as da assistência social ao que se refere conhecer as populações que habitam o território não há uma uniformidade entre os/as trabalhadores/as quanto ao que é ser ribeirinho/a na Amazônia, a ausência dessa compreensão pode ser também um entrave para a política de Assistência Social.

Notamos que diante da evidente singularidade do município de Abaetetuba com seu território insular. A compreensão da organização social, cultural e econômica desses sujeitos é relevante para a Política de Assistência Social, uma vez que a organização dos serviços, programas e benefícios deve estar condicionado ao território e, as territorialidades que se expressam dentro dele. Diante da invisibilidade dada aos ribeirinho (estes não participam das discussões da política de assistência social), destacamos que eles e elas não devem ser percebidos como meros espectadores, precisam ser protagonistas na condução da política pública dentro do seu território.

5. REFERÊNCIA

BACHELARDE, Gaston. **A Água e os Sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica NOB- SUAS**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012. Disponível em: <NOB_SUAS_2012.indd (mds.gov.br)>. Acesso em: 12 mar., 2023.

HAZEU. Marcel Theodoor. **O Não-Lugar do Outro**: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena. 2015. 336f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



KOGA, D. Proteção social no território: entre o texto e o contexto **Revista Uniñtalo em Pesquisa**, São Paulo, v.6, n.2, p. 133-151, abr. 2016.

LOPES, Adrea Simone Canto. **A construção da identidade da infância na Amazônia Ribeirinha: Ilha de Cotijuba Belém-Pará**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Aldemir Amazônia: Políticas Públicas e Diversidade Cultural. In: FRAXE; Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antonio Carlos; LIMA, Marcos Castro; CASTRO, Albejamere Pereira (Orgs.). **Natureza e mundo vivido: o Espaço e Lugar na Percepção da Família Cabocla/Ribeirinha**. Rio de Janeiro: Terra Mater. 2006. p. 223-258.

SILVA, S. T. **O Agronegócio na Amazônia Paraense: alterações nas condições de vida na Comunidade de Curuperé Miri no município de Abaetetuba/PA**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e assistência social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PROMOÇÃO



APOIO

